



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

PARECER

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2025, DE 30 DE JULHO DE 2025.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO (Prefeita Naiara Castro)

MATÉRIA: ATUALIZA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 8 DE MARÇO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO.

A propositura acima indicada foi encaminhada pelo Poder Executivo, protocolada nesta Casa na data de 06/08/2025, por intermédio da Mensagem nº 033/2025 ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2025, de 30 de julho de 2025, com esteio no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica desta municipalidade.

Trata-se de proposta de Lei Complementar de nº 02/2025 que visa atualizar a Lei Complementar nº 01, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre a organização básica da Procuradoria-Geral do Município de Morada Nova, na forma que indica.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

DO DIREITO.

Dada a autonomia legislativa municipal delegada pelo art. 1º, art. 29 e inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Município a edição de lei local tratando da matéria.

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

Art. 28. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu Art. 12, inciso I, "ex vi legis":

Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:

I – respeito à Constituição Federal e Estadual;



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

CONCLUSÃO.

A proposta insere-se na esfera de competência municipal, pois cabe aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e organizar os serviços públicos de interesse local (art. 30, I e III, da Constituição Federal). Sabe-se que as procuradorias municipais não são previstas expressamente na nossa atual constituição, contudo, os municípios, dentro da sua competência de legislar e organizar o seu funcionamento interno, poderão prever a criação deste órgão, de forma a garantir a assessoria jurídica ao Poder Executivo e a sua defesa judicial.

A Lei Orgânica de Morada Nova implementou a Procuradoria Geral do Município nos arts. 81-A a 81-C e a Lei Complementar nº 01, de 08 de março de 2016, dispõe detalhadamente sobre sua organização, delimitando a sua competência, a forma de ingresso na classe inicial e outras providências.

A proposição visa adequar as atribuições da PGM de Morada Nova à realidade administrativa, estabelecendo de forma mais sistematizada as atribuições e prerrogativas do Procurador-Geral, bem como formaliza a possibilidade de delegação e avocação de competências e obriga a manifestação jurídica em temas sensíveis da gestão pública.

Logo, após a análise da matéria, esta Comissão de delibera pela aprovação e consequente regular tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 02/2025, visto que o objetivo da mencionada proposta à norma encontra-se guarida orçamentária para sua execução, o que de pronto fica demonstrado que sua aprovação não apresenta riscos às finanças municipais.

VOTO.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente, **por unanimidade dos membros, à APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 002/2025**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado para sua aprovação, conforme determinam o art. 53 e seguintes da LOMMN, e art. 132 e seguintes do RICMMN, tudo de acordo com orientação da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal.

É O PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,
em 13 de agosto de 2025.

Francisca AuriJane Martins da Cunha
Presidente

José Cleidiomar de Souza
Membro

José Gomes da Silva Júnior
Membro